ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

4 de julho de 2019

Ata da Décima Quinta Sessão Extraordinária

Às dezoito horas e trinta e oito minutos do dia quatro do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Fabion Gomes, Nilton Franco, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Claudia Lelis. Após a leitura

do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que requer licença para investidura no cargo de Secretário de Estado, nos termos do art. 324, inciso I da Constituição Estadual, nos termos regimentais; Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que requer licença para investidura no cargo de Secretário de Estado, nos termos do art. 324, inciso I da Constituição Estadual, nos termos regimentais; e Ofício de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes, informando que foi deliberado na Reunião de Instalação da Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, que as Reuniões Ordinárias acontecerão às nove horas das terças-feiras. Na Apresentação de Matérias, foi entregue o Projeto de Lei que recebeu o número 242/2019, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei número 240/2019, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; e os Requerimentos que receberam os números 1.210 e 1.211, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e 1.212 e 1.213, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias. Não havendo oradores inscritos no

horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei de Conversão números: 238/2019, originário da Medida Provisória número 9/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que "dispõe sobre o reconhecimento e a convalidação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais no Estado, na forma que especifica, e adota outras providências", que deu origem ao Processo número 165/2019; 239/2019, originário da Medida Provisória número 10/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que "concede isenção de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICMS nas operações internas e interestaduais de pescados, na forma que especifica, e adota outras providências", que deu origem ao Processo número 10/2019; e 240/2019, originário da Medida Provisória número 6/2019 de autoria do Senhor Governador do Estado que "altera a Lei número 3.422, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e adota outras providências", que deu origem ao Processo número 6/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para

extração de autógrafo. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 3/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que "dispõe sobre a realização do teste do coraçãozinho (oximetria de pulso), e adota outras providências", que deu origem ao Processo número 87/2019; 7/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que "institui o Fundo de Segurança Pública do Estado do Tocantins – Fusp - TO, e adota outras providências", que deu origem a Processo número 264/2019; 8/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, que "altera os arts. 3º e 6 º da Lei número 3.046, de 16 de dezembro de 2015, que institui o Fundo para Modernização da Polícia Civil do Estado do Tocantins-Fumpol/TO", que deu origem ao Processo número 265/2019; 25/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que "dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento ao consumidor de informações e documentos por parte de operadoras de plano ou seguro privado de assistência à saúde no caso de negativa de cobertura e dá outras providencias", que deu origem ao Processo número 53/2019; 28/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula escolar", que deu origem ao

Processo número 36/2019; 49/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que "dispõe sobre o monitoramento eletrônico de agressor de violência doméstica e familiar contra a mulher, seus familiares e/ou testemunhas, no âmbito do Estado do Tocantins", que deu origem ao Processo número 30/2019; 151/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que "determina que pessoas feridas em acidente de trânsito sejam levadas, pelo Corpo de Bombeiros ou pelo Serviço Móvel de Urgência - Samu, para hospitais conveniados aos seus planos de saúde", que deu origem ao Processo número 157/2019; 223/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que " altera a Lei número 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica, e adota outras providências", que deu origem ao Processo número 266/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 11/2019, de autoria da Mesa Diretora, que "altera a Resolução número 338, de 6 de Dezembro de 2018, que dispõe sobre a atribuição dos cargos

de provimento em comissão da estrutura da Mesa diretora, Lideranças, Comissões Permanentes e Gabinetes de Deputados e dá outras providências", que deu origem ao Processo número 198/2019; o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, promulga a Resolução número 346, de 4 de julho de 2019. Foi anunciado, em segunda fase discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que "altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar número 13, de 18 de julho de 1997, que dispõe sobre regulamentação das atividades de pesca, aquicultura, piscicultura, da proteção da fauna aquática e dá outras providências", que deu origem ao Processo número 229/2019, o qual, votado nominalmente, foi aprovado com dezoito votos sim, perfazendo um total de dezoito votantes e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas, convocando Sessão Especial de Posse, para dentro de quinze minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário ***Presidente*** ***2º Secretário***